COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

PROJETO DE LEI Nº 3.811, DE 2000

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "Estatui normas reguladoras do trabalho e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Luis Carlos Heinze

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Após realizar algumas reuniões com assessores do Poder Executivo e com entidades que representam a agricultura brasileira, decidimos apresentar esta complementação de voto.

O objetivo desta é fazer a diferenciação entre aqueles que cometem infração pela primeira vez e os infratores contumazes.

Estamos acrescentando o seguinte parágrafo ao artigo 18 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973:

"§ 4º As infrações de que trata o **caput** deste artigo serão punidas com multa reduzida em 30% (trinta por cento) quando se tratar de primeira autuação, independentemente do disposto no art. 636, § 6º, da CLT e respeitado o limite mínimo de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)."

Outra alteração que proponho refere-se ao Art. 14-A – inciso III:

“Onde se lê: ‘vedação de prorrogação de prazo e de contratação sucessiva em intervalo inferior a seis meses’

Leia-se ‘permitida a prorrogação por igual período caso não tenha concluída a safra’”.

Diante dos argumentos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.811, de 2000, com duas emendas que apresento, e contra as duas emendas apresentadas na Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2001

Deputado LUIS CARLOS HEINZE
Relator